

# BOLETIM IBCCRIM: 400 EDIÇÕES COMO ESPAÇO PLURAL DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO, DEFESA DA LIBERDADE, CRÍTICA SOCIAL E DIÁLOGO DEMOCRÁTICO

***IBCCRIM BULLETIN: 400 EDITIONS AS A PLURAL SPACE FOR KNOWLEDGE PRODUCTION, DEFENSE OF FREEDOM, SOCIAL CRITIQUE, AND DEMOCRATIC DIALOGUE***

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18643952>

**Resumo:** O Boletim IBCCRIM completa 400 edições em março de 2026, marcando 33 anos de atuação como espaço crítico e plural no campo das ciências criminais. Desde sua fundação, em 1993, o periódico se consolidou como trincheira de ideias contra o pensamento punitivista hegemônico, promovendo a interdisciplinaridade, a defesa dos direitos humanos e a justiça criminal democrática. Ao longo de três fases distintas — primórdios, consolidação e influência — o Boletim manteve rigor científico, acessibilidade aberta e engajamento com temas urgentes como encarceramento em massa, *lawfare* e violência estrutural. Seu compromisso com a renovação crítica e a formação de novas gerações reforça sua missão como instrumento de resistência democrática e transformação social.

**Palavras-chave:** ciências criminais; pensamento crítico; direitos humanos; justiça criminal; acesso aberto; interdisciplinaridade.

**Abstract:** IBCCRIM Bulletin reaches its 400th edition in March 2026, celebrating 33 years as a critical and plural space in the field of criminal sciences. Since its foundation in 1993, the journal has established itself as a trench of ideas against hegemonic punitive thinking, promoting interdisciplinary approaches, the defense of human rights, and democratic criminal justice. Through three distinct phases—beginnings, consolidation, and influence—the Bulletin has maintained scientific rigor, open access, and engagement with urgent issues such as mass incarceration, *lawfare*, and structural violence. Its commitment to critical renewal and the training of new generations reinforces its mission as an instrument of democratic resistance and social transformation.

**Keywords:** criminal sciences; critical thinking; human rights; criminal justice; open access; interdisciplinarity.

## 1. Introdução

Celebrar quatrocentas edições é celebrar mais do que um número. É reconhecer trinta e três anos de uma trincheira de ideias que não se silenciou, não se acomodou, não se deixou capturar pela hegemonia do pensamento punitivista que tradicionalmente marca a cultura jurídica brasileira. Quando o Boletim IBCCRIM chega à sua edição número 400, em março de 2026, ele o faz

como uma bússola crítica que permanece apontando para a mesma direção desde 1993: a defesa intransigente de um Sistema de Justiça criminal mais democrático, plural e comprometido com os direitos humanos. Mas qual é o significado profundo de manter, por mais de três décadas, um espaço de resistência intelectual em um país onde a lógica punitivista frequentemente eclipsa o pensamento crítico e garantista? A resposta reside justamente

na persistência: na capacidade de uma instituição e de seus colaboradores de renovarem, a cada mês, o compromisso com a crítica rigorosa, com a formação de novas gerações de juristas e com a mobilização em defesa de uma justiça criminal que respeite a dignidade humana e a liberdade.

Trata-se da reafirmação política da relevância e da urgência permanentes do pensamento crítico nas ciências criminais, necessariamente orientado pela realidade concreta sobre a qual incide. É nesse horizonte que o Boletim IBCCRIM afirma, de modo consistente, sua razão de existir, em um contexto marcado pela desinformação, pela instrumentalização do Direito Penal como estratégia de *lawfare* e pela expansão contínua e desproporcional do encarceramento. Nesse cenário, a produção e a difusão de conhecimento qualificado, rigoroso e socialmente engajado por pesquisadores(as) comprometidos(as) com a justiça configuram não apenas um exercício acadêmico, mas um autêntico ato de resistência democrática.

## 2. A fundação de um projeto coletivo

O Instituto Brasileiro de Ciências Criminais nasceu em 1992, em um contexto de redemocratização ainda frágil, quando a Constituição de 1988 prometia direitos fundamentais, mas a prática institucional os negava sistematicamente (**Brasil, 1988**). A criação do IBCCRIM e, logo em seguida, do Boletim em 1993, representou uma aposta ousada: a de que era possível construir um espaço de pensamento crítico, interdisciplinar e corajoso sobre Direito Penal, Criminologia, Direito Processual Penal, Execução Penal e Direitos Humanos. Não se tratava de um projeto de divulgação meramente informativa. Era um projeto de formação, de mobilização e de contestação da ordem estabelecida.

Desde sua origem, a missão histórica do Boletim IBCCRIM tem consistido em atuar como contraponto crítico ao avanço do punitivismo desenfreado e à prevalência de um pensamento midiático simplificador, que com frequência captura e empobrece o debate público acerca do crime e do castigo. Em um país onde a opinião pública é moldada por narrativas sensacionalistas, onde políticos constroem carreiras sobre promessas de endurecimento penal, onde juízes e promotores frequentemente aderem ao clamor por mais prisões e penas mais severas, o Boletim IBCCRIM se posicionou como voz dissonante, rigorosa, fundamentada em pesquisa e em compromisso com as garantias e os direitos fundamentais.

A interdisciplinaridade afirmou-se, desde o princípio, como marca constitutiva do Boletim IBCCRIM. Desde sua origem, mostrou-se insuficiente restringir o debate à participação exclusiva de juristas. O periódico, assim, abriu suas páginas a criminólogos, sociólogos, filósofos, defensoras e defensores de direitos humanos, entre outros atores cujas contribuições são essenciais para a análise crítica dos fatos e das temáticas que atravessam as ciências criminais.

Essa pluralidade de perspectivas — e a recusa deliberada em reduzir o fenômeno penal a categorias estritamente jurídicas — consolidou-se como uma de suas principais forças distintivas, preservada e atualizada ao longo do tempo. Afinal, o Direito Penal tal como operado pelo sistema de justiça não se esgota na técnica processual ou na interpretação de códigos: ele é, indissociavelmente, política, sociologia e filosofia, e se projeta como campo de disputa em torno da liberdade do indivíduo, sobretudo em contextos marcados por profundas desigualdades.

Os trinta e três anos de existência do Boletim podem ser compreendidos como uma jornada em três fases distintas, cada uma marcada por desafios específicos e conquistas significativas.

## 3. A fase dos primórdios (década de 1990)

Nesse período inicial, o grande desafio era simplesmente existir, criar um espaço crítico em um campo conservador, dominado por uma dogmática penal tradicional e por uma cultura jurídica que justifica as premissas que mantém o *status quo* de uma estrutura de poder excludente e de um país desigual. O formato escolhido — o de Boletim — foi estratégico. Diferentemente de uma revista acadêmica tradicional, o Boletim permitia agilidade, dinamismo, capacidade de responder rapidamente aos eventos e aos debates do momento. Era possível trazer ao leitor conteúdo científico de forma concisa e dinâmica, sem perder o rigor imprescindível. Nesta fase, o Boletim conquistou os seus primeiros leitores, os seus primeiros colaboradores, a sua primeira identidade. Fundadores e fundadoras, dotados de visão de longo prazo, lançaram as bases de uma instituição concebida para atravessar décadas, mantendo-se fiel a um projeto crítico e comprometido com a transformação do pensamento penal.

## 4. A fase da consolidação (anos 2000)

À medida em que o Boletim avançava em suas edições gradativamente também passava por processos de profissionalização. Implementou-se o sistema de avaliação cega por pares, garantindo qualidade acadêmica rigorosa na curadoria dos artigos a serem publicados no Boletim. A indexação em bases de dados e diretórios importantes — CAPES/Qualis (A2, 2021–2024); Sumários.org; Google Acadêmico; Diadorim; Miguilim; Latindex; DOAJ; ROAD, entre outros — ampliou seu alcance. O conselho editorial se expandiu, atraindo colaboradores(as) de renome nacional e internacional. Nesse período, o Boletim IBCCRIM consolidou-se como referência indispensável para aqueles que buscavam acompanhar e compreender o desenvolvimento do pensamento crítico nas ciências criminais no Brasil. A regularidade mensal — um compromisso que persiste até hoje — consolidou-se como marca de seriedade e de dedicação com um sistema de justiça mais democrático e humanizado e com os valores institucionais do IBCCRIM.

## 5. A fase da influência (anos 2010 em diante)

Nas últimas décadas, o Boletim IBCCRIM tornou-se não apenas referência acadêmica, mas ator político relevante no acompanhamento crítico dos grandes debates que marcaram o Brasil. Quando a questão do encarceramento em massa ganhou centralidade, o Boletim estava lá, com artigos escritos com seriedade científica aliada com um olhar atento à dinâmica complexa desse fenômeno e às suas respectivas consequências jurídico-penais e aos impactos sociais. Quando reformas do Código de Processo Penal foram debatidas — especialmente o controverso “Pacote Anticrime” —, o Boletim ofereceu análises críticas fundamentadas. Quando o Supremo Tribunal Federal enfrentou decisões de ampla repercussão sobre direitos fundamentais, Estado Democrático brasileiro, dentre outros temas que tangenciavam os valores e princípios constitucionais penais e processuais penais, o Boletim acompanhou, comentou, questionou. E quando as lutas antirracistas e de gênero ganharam força, o Boletim abriu as suas páginas para vozes historicamente marginalizadas e silenciadas no campo penal, reconhecendo que a justiça penal é também um espaço de reprodução de desigualdades estruturais em diversas esferas de poder. Outrossim, merece destaque a notável capacidade do Boletim IBCCRIM de se reinventar ao longo de sua trajetória, especialmente no que concerne à diversificação de seus formatos editoriais, com o objetivo de ampliar e qualificar o alcance junto a

um público leitor plural. Nesse sentido, seu conteúdo não se limita ao artigo científico em sua conformação tradicional, incorporando, de modo consistente, outras seções que enriquecem o debate criminológico e jurídico-penal.

Atualmente, o periódico conta, entre outras iniciativas, com a seção de jurisprudência, a seção trimestral “Erros Judiciários” e a seção “Boletim IBCCRIM Entrevista”, cada qual orientada por propósitos editoriais específicos. Essas seções permitem não apenas aprofundar e diversificar as leituras acerca dos fenômenos que atravessam as ciências criminais, como também contribuem de forma significativa para a formação acadêmica e crítica de jovens pesquisadores(as), ao favorecer o contato com distintas experiências, metodologias e modos de abordagem que refletem a complexidade e a pluralidade do campo.

## 6. A força coletiva

Nenhuma instituição perdura por 33 anos sem a força de um coletivo comprometido. O Boletim IBCCRIM é resultado de múltiplas contribuições que merecem o seu devido e justo reconhecimento.

Os fundadores e fundadoras, assim como as sucessivas diretorias, asseguraram a visão estratégica e a sustentação institucional indispensáveis para que o projeto não sucumbisse às turbulências políticas e econômicas que marcaram as um pouco mais de três décadas de trajetória do Boletim IBCCRIM. Foram guardiões de uma missão que poderia ter sido abandonada quando a sua continuidade se tornava difícil, quando o mercado editorial não recompensava a crítica, quando a pressão política era intensa.

Os(as) editores(as) científicos(as) e os(as) membros(as) das coordenações editoriais, que construíram e aprimoraram gradativamente o Boletim IBCCRIM, atuaram como guardiões do rigor científico. Cada artigo publicado passou por suas mãos. Cada decisão editorial refletiu o compromisso com a qualidade acadêmica e com a relevância política. Essa dupla exigência — rigor e relevância — nem sempre é fácil de conciliar, mas o Boletim o fez (e continua fazendo) com muita competência, maestria e coragem.

Os colaboradores e as colaboradoras são a alma da publicação do Boletim IBCCRIM. De pesquisadores(as) de renome internacional a jovens pesquisadores(as) em seus primeiros passos na carreira acadêmica, todos(as) contribuíram para tecer a tapeçaria de pensamento crítico que o Boletim IBCCRIM representa. Cada artigo é um ato de generosidade intelectual, uma contribuição voluntária ao bem comum do conhecimento jurídico crítico.

E os(as) leitores(as) associados(as) ou não ao Instituto — a comunidade que escolhe, mês a mês, dedicar tempo a ler o Boletim IBCCRIM — são os que dão sentido a tudo isso. São eles(as) que transformam ideias em ação, que levam para as suas salas de aula, para as suas pesquisas em desenvolvimento, para os seus escritórios de advocacia, para os seus gabinetes judiciais, para os seus movimentos sociais, o pensamento crítico que o Boletim IBCCRIM cultiva e propaga através das suas publicações.

## 7. O Boletim no Brasil atual: resistência democrática

Fazer uma transição elegante do passado para o presente significa reconhecer que a missão original do Boletim IBCCRIM permanece não apenas relevante, mas urgente e necessária. Em 2026, o Brasil enfrenta desafios que os fundadores do IBCCRIM em 1993 não poderiam ter imaginado em sua totalidade, mas que confirmam a imprescindibilidade de seu projeto.

A desinformação é uma epidemia. Narrativas falsas sobre crime, sobre criminosos, sobre a eficácia do encarceramento circulam

livremente nas redes sociais, moldando opiniões e políticas públicas. Nesse contexto, o Boletim IBCCRIM — com o seu compromisso com fatos, pesquisa e análise rigorosa do conteúdo de suas publicações — renova as razões de sua necessária existência.

O “*lawfare*”, a instrumentalização do sistema penal para fins políticos, tornou-se uma realidade inegável da vida democrática brasileira. Quando o Direito Penal é usado como arma política, a necessidade de um pensamento crítico que questione essas práticas torna-se ainda mais urgente. O Boletim oferece essa crítica.

O Brasil mantém uma das maiores populações carcerárias do mundo, com prisões superlotadas, violência estrutural generalizada e um sistema que falha sistematicamente em sua promessa de ressocialização. Recentemente, o Boletim IBCCRIM publicou análises sobre a violência policial (**Nóbrega Júnior**, 2025), sobre o uso de algemas em contextos que violam direitos fundamentais, sobre a perpetuação do castigo através de mecanismos como a pena de multa que afeta desproporcionalmente os mais economicamente desfavorecidos e os socialmente excluídos (**Gatto; Groterhorst**, 2026). Esses artigos não são meramente acadêmicos: são contribuições que constituem um instrumento para a transformação de uma realidade inaceitável, excludente e desigual.

O Boletim IBCCRIM permanece fiel à sua missão original. Permanece como um programa. A justiça penal democrática que o IBCCRIM defende infelizmente continua sendo um horizonte distante, não uma realidade consolidada e, por isso, torna-se imprescindível o fluxo contínuo de propagação do pensamento crítico em diversas questões penais relevantes através do Boletim IBCCRIM.

## 8. Desafios e horizontes

Mas celebrar não significa complacência. O Boletim IBCCRIM enfrenta desafios reais e deve estar preparado para novos horizontes.

A inteligência artificial está transformando o sistema de justiça. Algoritmos decidem sobre liberdade condicional, elegibilidade para programas de ressocialização, risco de reincidência. O Boletim IBCCRIM precisa acompanhar criticamente essa transformação, questionando as premissas dessas tecnologias, seus vieses, suas consequências para as populações social e economicamente marginalizadas.

A violência digital emerge como novo campo de batalha. Crimes cometidos através da *internet*, vigilância em massa, privacidade ameaçada — esses são temas que demandam análise crítica urgente e permanente.

A internacionalização do debate no âmbito das ciências criminais oferece oportunidades e riscos. Oportunidades de aprender com as experiências de outros países, de conectar-se com as redes globais de pensamento crítico. Riscos de importação acrítica de modelos que não se adequam ao contexto brasileiro, de subordinação a agendas internacionais que não refletem as prioridades de justiça social do País.

A evolução dos formatos é inevitável. O Boletim IBCCRIM nasceu em papel. Migrou também para o digital. Mas a profundidade não pode ser sacrificada pela velocidade. A tentação de redes sociais e de conteúdo superficial é real. O Boletim IBCCRIM deve resistir a ela, mantendo o seu compromisso com a análise rigorosa ao passo que explora novos formatos de divulgação e propagação do seu conteúdo.

A acessibilidade é um compromisso ético. A versão digital do Boletim IBCCRIM é de acesso aberto, gratuito, disponível para

qualquer pessoa com conexão à *internet*. Cumpre ressaltar que a ampliação do acesso ao conteúdo do Boletim IBCCRIM, embora recente — iniciada em 2021 e que conta, atualmente, com todos os números da história da publicação disponibilizados em formato digital e aberto —, já produziu efeitos expressivos. Em curto período, registrou-se um aumento significativo no número de acessos, que ultrapassou a marca de 40 mil visualizações, evidenciando não apenas o prestígio acadêmico e científico do periódico, mas também sua crescente projeção internacional, com leitores e leitoras provenientes de ao menos vinte países distintos. Tais dados revelam a relevância da política de acessibilidade adotada, a qual se mostra não apenas exitosa, mas merecedora de manutenção e contínuo aprimoramento, como estratégia fundamental para a difusão qualificada do conhecimento e para o fortalecimento do debate crítico no campo das ciências criminais. Nesse sentido, também se torna necessário garantir que o conteúdo seja acessível em termos de linguagem, de estrutura, de disponibilidade em diferentes formatos. Um Boletim crítico que apenas elites acadêmicas conseguem ler/compreender/acessar não cumpre com a sua missão de formação, reflexão e mobilização. E há um desafio geracional fundamental: atrair novas gerações de autores e autoras. O Boletim IBCCRIM precisa ser um espaço onde jovens pesquisadores(as) encontrem oportunidade de publicação, onde suas vozes sejam ouvidas, onde suas perspectivas — frequentemente mais radicais, mais criativas, mais conectadas com os movimentos sociais — enriqueçam o debate acerca de determinado tema.

## 9. Um convite ao futuro

Trinta e três anos. Quatrocentas edições. Essa é a linha contínua de compromisso que o Boletim IBCCRIM representa. Não foi uma trajetória sem obstáculos. Houve momentos de dificuldade financeira, de pressão política, de tentação de abandonar a crítica em favor da acomodação. Mas o Boletim IBCCRIM persistiu. E essa persistência é, em si mesma, um ato político.

Que as próximas cem edições sejam ainda mais audaciosas e perspicazes. Que o Boletim IBCCRIM continue a questionar, a desafiar, a oferecer alternativas para contrastar o pensamento

hegemônico, o qual se apresenta muitas vezes excludente e conservador. Que ele se renove sem perder a sua identidade. Que ele cresça em influência, em alcance, em capacidade de transformar ideias em ação.

Convocamos as novas gerações a escrever, a ler, a se engajar. Convocamos os(as) operadores(as) do direito a questionar suas próprias práticas à luz do pensamento crítico que o Boletim IBCCRIM oferece. Convocamos os(as) ativistas a utilizar a pesquisa rigorosa como ferramenta de luta e de transformação. Convocamos os(as) estudantes a descobrir que é possível ser jurista e crítico, que é possível amar o Direito enquanto se questionam suas estruturas de poder. Que o Boletim IBCCRIM siga sendo, por muitas edições ainda, a trincheira de ideias que o Sistema de Justiça criminal brasileiro necessita.

Por fim, cumpre destacar que o conjunto de atributos que caracteriza o Boletim IBCCRIM — seu reconhecido prestígio acadêmico, a consistência e relevância de sua produção científica e sua singular capacidade de estabelecer um diálogo qualificado e plural com os diversos atores do sistema de justiça criminal brasileiro — tem sido reiteradamente demonstrado ao longo de sua trajetória. Tal vocação manifesta-se na interlocução permanente com instituições, movimentos sociais, pesquisadores e pesquisadoras, bem como com as Universidades, em perspectiva interdisciplinar, aliada ao compromisso de enfrentar, com rigor e excelência, temas sensíveis e centrais às ciências criminais.

Esse percurso foi recentemente corroborado pelo justo e merecido reconhecimento da Capes, ao atribuir ao Boletim IBCCRIM o estrato Qualis A2. Tal reconhecimento não apenas reafirma a possibilidade de conciliar concisão reflexiva e rigor científico, como também evidencia que a produção acadêmica em ciências criminais pode — e deve — manter-se atenta às questões contemporâneas que impactam concretamente a vida das pessoas. Trata-se, em última análise, de um projeto editorial comprometido com a defesa intransigente dos direitos e garantias fundamentais, em especial do direito à liberdade, valor inegociável que orienta e legitima o pensamento crítico no campo penal.

**Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**

## Como citar (ABNT Brasil)

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. Boletim IBCCRIM: 400 edições como espaço plural de produção de conhecimento, defesa da liberdade, crítica social e diálogo democrático. *Boletim IBCCRIM*, São

Paulo, v. 34, n. 400, p. 2-5, 2026. DOI: 10.5281/zenodo.18643952. Disponível em: [https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim\\_1993/article/view/2725](https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/2725). Acesso em: 1 mar. 2026.

## Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 3 fev. 2026.

GATTO, Manuela Briso; GROTERHORST, Rebecca. Pena de multa e execução penal: avanços e retrocessos à luz do Pacote Anticrime. *Boletim IBCCRIM*, São

Paulo, v. 34, n. 399, p. 18-22, 2026. <https://doi.org/10.5281/zenodo.18288844>

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da. Violência no Brasil (2011-2023). *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 33, n. 388, p. 29-34, 2025. <https://doi.org/10.5281/zenodo.14071742>

